

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,  
Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2014 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Ltda. – SICOOB SAROMCREDI, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional  
Em 2014 o SICOOB SAROMCREDI completou 23 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados  
No exercício de 2014, o SICOOB SAROMCREDI obteve um resultado de R\$ 6.368.919,92 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 28%.

3. Ativos  
Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 34.506.910,53. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 114.391.303,37.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural/R\$ 61.223.386,74	53,52%
Carteira Comercial R\$ 53.167.916,63	46,48%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2014 o percentual de 19,69% da carteira, no montante de R\$ 22.518.612,20.

4. Captação  
As captações, no total de R\$ 84.676.459,53, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 28,10%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista R\$ 23.734.401,58	28,03%
Depósitos a Prazo R\$ 60.942.057,95	71,97%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2014 o percentual de 10,89% da captação, no montante de R\$ 9.152.015,18.

5. Patrimônio de Referência  
O Patrimônio de Referência do SICOOB SAROMCREDI era de R\$ 27.830.453,13. O quadro de associados era composto por 15.674 Cooperados, havendo um acréscimo de 10,25% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito  
A concessão de crédito está pautada em prévia análise do prepenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB SAROMCREDI adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 93,67% nos níveis de "A" a "C".

7. Governança Corporativa  
Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão. A gestão da Cooperativa está alocada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda dois Agentes de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CECREMEGE, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo SICOOB Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regulamentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal  
Eleito bialmente na AGO, com mandato até a AGO de 2015, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balanços mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Código de Ética  
Todos os integrantes da equipe do SICOOB SAROMCREDI aderiram, em 2012, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria  
A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e site na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2014, a Ouvidoria do SICOOB SAROMCREDI não registrou manifestações de cooperados.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop  
De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez que essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabeleceu a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução nº 4.150, de 30.10.2012, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução/CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC,

ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular 3.700, de 06/03/2014.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

12. Gerenciamento de Risco e de Capital  
12.1 Risco operacional  
a) O gerenciamento do risco operacional da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco operacional, por meio da adoção de boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.380/2006.  
b) Conforme preceitua o art. 11 da Resolução CMN nº 3.721/2009, a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. aderiu à estrutura única de gestão do risco operacional do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação, a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.  
c) O processo de gerenciamento do risco operacional do Sicoob Consiste na avaliação qualitativa dos riscos objetivando a melhoria contínua dos processos.  
d) O uso da lista de verificação de conformidade (LVC) tem por objetividade identificar situações de risco de não conformidade, que após identificadas são cadastradas no sistema de Controles Internos de Riscos Operacionais (Scir)  
e) As informações cadastradas no sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (Scir) são mantidas em banco de dados fornecidos pelo Sicoob Confederação.  
f) A documentação que evidencia a efetividade, a tempestividade e a conformidade das ações para tratamento dos riscos operacionais, bem como as informações referentes às perdas associadas ao risco operacional são registradas e mantidas em cada entidade do Sicoob, Sob a supervisão da respectiva entidade auditora (se cooperativa singular, da cooperativa central, se cooperativa central e Bancoob, do Sicoob Confederação).  
g) Para situações de risco identificadas são estabelecidas planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento pelo Agente de controles Internos e Riscos (ACIR)  
h) Não obstante a centralização do gerenciamento do risco operacional, Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco operacional.

12.2 Risco de mercado  
a) O gerenciamento do risco de mercado da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de mercado, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.464/2007.  
b) Conforme preceitua o art. 11 da Resolução CMN nº 3.721/2009, a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. aderiu à estrutura única de gestão do risco de mercado do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.  
c) No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de estresse e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).  
d) Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da Entidade.

12.3 Risco de crédito  
a) O gerenciamento de risco de crédito da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.  
b) Conforme preceitua o art. 10 da Resolução CMN nº 3.721/2009, a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.  
c) Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.  
d) Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

12.4 Gerenciamento de capital  
a) A estrutura de gerenciamento de capital da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída da Resolução CMN 3.988/2011.  
b) Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

c) O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
  - Planejar metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.
  - Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.
- d) Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

São Roque de Minas (MG), 30 de Março de 2015.

Conselho de Administração e Diretoria

João Carlos Leite - Presidente  
Bruno Oliveira Faria - Vice-Presidente  
Raimundo Pereira Borges - Conselheiro-Vogal

José Antônio da Costa - Conselheiro-Vogal  
Claiton Gualberto de Souza - Conselheiro-Vogal  
Odorico de Oliveira Filho - Conselheiro-Vogal

Honero Geraldo Pereira - Diretor Administrativo Coordenador  
Diego César Fregúgia de Faria - Diretor Financeiro

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. SICOOB SAROMCREDI DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013			
DESCRIÇÃO	Segundo Semestre/2014	31/12/2014	Em Reais 31/12/2013
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas do Exercício	3.736.133,49	6.401.780,12	4.625.897,05
IRPJ / CSLL	(17.003,28)	(32.860,20)	(37.331,34)
Provisão para Operações de Crédito	1.169.223,43	1.693.370,05	383.490,00
Depreciações e Amortizações	255.764,74	501.810,07	419.185,70
	5.144.118,38	8.564.100,04	5.391.241,41
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Títulos e Valores Mobiliários	3.728.753,32	3.127.230,46	(4.044.818,23)
Operações de Crédito	(5.797.786,38)	(14.708.824,30)	(30.233.390,78)
Outros Créditos	(177.583,76)	(457.253,93)	(41.526,12)
Outros Valores e Bens	(867.028,44)	(912.812,99)	18.202,41
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos à Vista	1.098.833,15	2.077.618,73	7.350.326,08
Depósitos a Prazo	9.105.149,72	16.500.054,65	11.624.884,52
Outras Obrigações	1.081.566,89	558.129,57	460.484,80
Relações Interdependências	(1.269,35)	2.370,58	(2.137,91)
Relações Interfinanceiras	2.459.214,04	3.449.724,06	17.510.418,41
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(176.354,02)	(317.731,16)	(368.780,14)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	15.597.613,55	17.882.605,71	7.664.904,58
Atividades de Investimentos			
Alienação de Imobilizações de Uso	205.452,27	237.302,27	-
Aplicação no Intangível	-	(7.061,49)	(84.651,12)
Inversões em Imobilização de Uso	(1.294.300,30)	(1.443.175,79)	(1.705.323,59)
Inversões em Investimentos	(894.903,10)	(1.633.790,36)	(512.807,90)
Outros Ajustes	3.084,44	29.441,08	104.866,20
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(1.980.666,69)	(2.817.284,29)	(2.197.916,30)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	1.090.529,86	1.850.051,42	2.334.033,86
Devolução de Capital à Cooperados	(223.094,81)	(292.756,71)	(152.593,37)
Estorno de Capital	(532,00)	(1.120,75)	(8.786,00)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	(2.306,04)	(405,80)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	(108.202,44)	(108.202,44)	(81.880,22)
FATES Sobras Exercício	(939.107,62)	(939.107,62)	(676.002,82)
Ajuste Saldo Reserva	32,00	32,00	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	(180.375,01)	506.589,86	1.414.365,65
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	13.436.571,85	15.571.911,28	6.881.353,93
Modificações em Disponibilidades Líquida			
No Início do Período	22.057.558,70	19.922.219,27	13.040.865,34
No Fim do Período (Nota 3 - c)	35.494.130,55	35.494.130,55	19.922.219,27
Varição Líquida das Disponibilidades	13.436.571,85	15.571.911,28	6.881.353,93

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. SICOOB SAROMCREDI DEMONSTRAÇÕES DE SOBRES OU PERDAS PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013			
Descrição	Segundo Semestre/2014	31/12/2014	Em Reais 31/12/2013
RECEITAS(INGRESSOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	9.842.991,48	18.994.260,26	15.194.924,80
Operações de Crédito	9.447.040,99	18.157.500,30	14.698.271,60
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	395.950,49	836.759,96	496.653,20
DESPESAS(DISPÊNDIOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(5.016.644,89)	(8.785.598,85)	(5.091.329,31)
Operações de Captação no Mercado	(2.620.173,55)	(4.724.531,06)	(2.816.083,05)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(1.149.250,96)	(2.228.183,65)	(1.752.423,91)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.247.220,38)	(1.832.884,14)	(522.822,35)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.826.346,59	10.208.661,41	10.103.595,49
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS (INGRESSOS/DISPÊNDIOS) OPERACIONAIS	(944.512,14)	(3.670.255,26)	(5.444.237,13)
Receitas(ingressos) de Prestação de Serviços	278.581,95	520.188,88	389.853,10
Rendas(ingressos) de Tarifas Bancárias	451.821,50	873.817,93	389.145,42
Despesas(Dispêndios) de Pessoal	(3.102.192,03)	(5.884.608,87)	(4.740.485,37)
Outras Despesas(Dispêndios) Administrativas	(2.078.157,13)	(3.830.418,61)	(3.318.148,25)
Despesas(Dispêndios) Tributárias	(74.675,97)	(105.038,79)	(55.839,48)
Operações de Empréstimos e Repasses (Nota 18)	2.103.057,82	2.545.024,12	951.985,09
Ingressos de Depósitos Interooperativos	1.654.687,14	2.590.212,56	1.313.175,28
Outras Despesas(Dispêndios) Operacionais (Nota 19)	(177.635,42)	(379.432,48)	(373.922,92)
RESULTADO OPERACIONAL	3.881.834,45	6.538.406,15	4.659.358,36
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 20)	(145.700,96)	(136.626,03)	(33.461,31)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	3.736.133,49	6.401.780,12	4.625.897,05
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(17.003,28)	(32.860,20)	(37.331,34)
Provisão para Imposto de Renda	(8.501,64)	(16.430,10)	(18.665,67)
Provisão para Contribuição Social	(8.501,64)	(16.430,10)	(18.665,67)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	-	(4.803.740,55)	(3.461.894,34)
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social		(1.047.310,06)	(757.883,04)
Reserva Legal		(3.756.430,49)	(2.704.011,30)
LUCRO/PREJUÍZO(SOBRAPERDA) LÍQUIDO	3.719.130,21	1.565.179,37	1.126.671,37
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.			

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. SICOOB SAROMCREDI BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013			
	31/12/2014	31/12/2013	Em Reais
<b>ATIVO</b>			
Circulante	108.526.410,40	89.170.095,75	
Disponibilidades	987.220,02	1.313.038,13	
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 4)	6.130.728,06	9.257.958,52	
Carteira Própria	6.130.728,06	9.257.958,52	
Relações Interfinanceiras (Nota 5)	34.506.910,53	18.609.181,14	
Centralização Financeira - Cooperativas	34.506.910,53	18.609.181,14	
Operações de Crédito (Nota 6)	65.327.719,16	59.774.940,79	
Operações de Crédito	68.688.165,21	61.442.016,79	
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(3.360.446,05)	(1.667.076,00)	
Outros Créditos (Nota 7)	620.329,66	174.287,19	
Créditos por Avais e Fianças Honrados	71.629,00	145.088,39	
Rendas a Receber	349.498,37	29.198,80	
Diversos	259.674,88	29.198,80	
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(60.468,59)	-	
Outros Valores e Bens (Nota 8)	953.502,97	40.689,98	
Outros Valores e Bens	904.000,00	40.689,98	
Despesas Antecipadas	49.502,97	40.689,98	
Realizável a Longo Prazo	46.603.480,06	39.129.592,72	
Operações de Crédito (Nota 6)	45.703.138,16	38.240.462,28	
Operações de Crédito	45.703.138,16	38.240.462,28	
Outros Créditos (Nota 7)	900.341,90	889.130,44	
Diversos	900.341,90	889.130,44	
Permanente	9.355.785,31	7.040.311,09	
Investimentos (Nota 9)	3.134.997,76	1.501.207,40	
Participações em Cooperativas	3.134.997,76	1.501.207,40	
Imobilizado em Uso (Nota 10)	6.080.162,62	5.337.994,15	
Imóveis de Uso	4.846.401,72	4.270.401,72	
Outras Imobilizações de Uso	2.751.118,41	2.238.953,35	
(Depreciações Acumuladas)	(1.517.357,51)	(1.171.360,92)	

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. SICOOB SAROMCREDI

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

1. Contexto operacional

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. - SICOOB SAROMCREDI, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 09 de Junho de 1991, filiada à Central das Cooperativas de Economia e Crédito de Minas Gerais Ltda. - SICOOB CENTRAL CECREMGE e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 3.859/10, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB SAROMCREDI possui Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: Cássia, Varagem Bonita, São João Batista do Glória, Delmiópolis, Pratinha e Medeiros.

O SICOOB SAROMCREDI tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistêmica e do uso adequado do crédito; e

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

Em 06/11/2004 ocorreu a transformação do SICOOB SAROMCREDI para entidade de "Livre Admissão de Associados", aprovada junto ao Banco Central do Brasil - BACEN em 14/12/2014.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Desta forma, as demonstrações contábeis foram revistas e aprovadas pela administração, em sua reunião datada de 30/03/2015.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/12; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/08; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/08; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.993/11; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Reversão de Erro. - Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; e CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Resolução CMN nº 3.823/09.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado Os ingressos e dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência. As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear. As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros, substancialmente serviços bancários. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e depósitos bancários	987.220,02	1.313.038,13
Relações interfinanceiras - centralização financeira	34.506.910,53	18.609.181,14
<b>Total</b>	<b>35.494.130,55</b>	<b>19.922.219,27</b>

d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo custo acrescido dos rendimentos ou valor de realização. A Circular CMN nº 3.068, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não de aplica às cooperativas de crédito.

e) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados. A apropriação dos juros é interrompida após vencidas há mais de 60 dias. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

Consistiu em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682 introduziu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

g) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

h) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL CECREMGE e ações do Bancoboc, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

i) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

k) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

l) Valor recuperável de ativos - impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2014 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

m) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

n) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

o) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

p) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

q) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

r) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

s) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014.

4. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Títulos de Renda Fixa	6.130.728,06	9.257.958,52

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários - CDI, no SICOOB CENTRAL CECREMGE, e referem-se à contrapartida em operações firmadas com esta, com remuneração de, aproximadamente, 102% do CDI.

5. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Centralização Financeira - Cooperativas (a)	34.506.910,53	18.609.181,14
Total	34.506.910,53	18.609.181,14

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECREMGE, conforme determinado no art. 37, da Resolução CMN nº 3.859/10.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2014		31/12/2013	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Adiantamento a Depositante	545.184,75	0,00	545.184,75	428.881,03
Cheque Especial / Conta Garantida	2.306.890,89	0,00	2.306.890,89	1.638.228,69
Empréstimos	6.905.597,42	16.450.486,90	23.356.084,32	23.108.459,05
Financiamentos	2.240.255,82	19.508.841,74	21.749.097,56	15.982.341,89
Títulos Descontados	4.900.793,29	309.865,82	5.210.659,11	4.048.888,10
Financiamento Rural Próprio	4.129.826,45	12.873.622,82	17.003.449,27	14.221.150,54
Financiamento Rural Repasses	3.233.943,09	40.985.994,38	44.219.937,47	40.254.529,77
(-) Provisão p Perda com Operações de Crédito	(3.360.446,05)	0,00	(3.360.446,05)	(1.667.076,00)
Total	20.902.045,66	90.128.811,66	111.030.857,32	98.015.403,07

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação		Total em 31/12/2014		Provisões 31/12/2014		Total em 31/12/2013		Provisões 31/12/2013	
		31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2013	31/12/2013	31/12/2013
AA	-	Normal	10.124,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A	0,5%	Normal	30.083.627,94	150.418,15	25.017.601,05	125.088,00	125.088,00	125.088,00	125.088,00
B	1%	Normal	59.061.383,39	590.614,00	53.709.514,42	537.095,14	537.095,14	537.095,14	537.095,14
B	1%	Vencidas	767.298,71	7.673,00	446.548,68	4.465,49	446.548,68	4.465,49	4.465,49
C	3%	Normal	16.394.691,72	491.841,00	17.934.259,65	538.027,79	538.027,79	538.027,79	538.027,79
C	3%	Vencidas	966.472,05	28.994,16	342.267,37	10.268,02	10.268,02	10.268,02	10.268,02
D	10%	Normal	2.291.972,88	229.197,29	1.855.136,24	185.513,62	185.513,62	185.513,62	185.513,62
D	10%	Vencidas	748.716,82	74.872,00	68.133,98	6.813,40	6.813,40	6.813,40	6.813,40
E	30%	Normal	903.156,75	270.947,03	21.128,71	6.338,61	6.338,61	6.338,61	6.338,61
E	30%	Vencidas	1.372.104,58	411.631,37	26.799,97	8.039,99	8.039,99	8.039,99	8.039,99
F	50%	Normal	1.041.881,73	520.940,87	2.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
F	50%	Vencidas	193.743,68	96.871,84	14.773,99	7.387,00	7.387,00	7.387,00	7.387,00
G	70%	Normal	71.976,99	50.383,89	19.333,55	13.533,49	13.533,49	13.533,49	13.533,49
G	70%	Vencidas	160.299,05	112.209,34	4.919,64	3.443,75	3.443,75	3.443,75	3.443,75
H	100%	Normal	108.383,35	108.383,35	131.793,92	131.793,92	131.793,92	131.793,92	131.793,92
H	100%	Vencidas	215.468,76	215.468,76	88.267,90	88.267,90	88.267,90	88.267,90	88.267,90
Total Normal	109.967.199,72	2.412.725,58	99.690.767,54	1.538.390,57	99.690.767,54	1.538.390,57	99.690.767,54	1.538.390,57	99.690.767,54
Total Vencido	4.424.103,65	947.720,47	991.711,53	128.685,55	128.685,55	128.685,55	128.685,55	128.685,55	128.685,55
Total Geral	114.391.303,37	3.360.446,05	99.682.479,07	1.667.076,12	99.682.479,07	1.667.076,12	99.682.479,07	1.667.076,12	99.682.479,07
Provisões	(3.360.446,05)	(1.667.076,00)	(1.667.076,00)	(1.667.076,00)	(1.667.076,00)	(1.667.076,00)	(1.667.076,00)	(1.667.076,00)	(1.667.076,00)
Total Líquido	111.030.857,32	98.015.403,07	98.015.403,07	98.015.403,07	98.015.403,07	98.015.403,07	98.015.403,07	98.015.403,07	98.015.403,07

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	6.905.597,42	5.710.851,39	10.739.635,51	23.356.084,32
Títulos Descontados	4.900.793,29	306.203,65	0,00	5.210.659,11
Financiamentos	2.240.255,82	5.936.840,49	13.572.001,25	21.749.097,56
Financiamentos Rurais	7.363.769,54	32.468.115,80	21.391.501,40	61.223.386,74
Total	21.410.416,07	44.422.011,33	45.703.138,16	111.539.227,73

Obs.: Não inclui Adiantamento a Depositantes, Cheque Especial e Conta Garantida.

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	31/12/2014	% da carteira
Setor Privado - Comércio	9.273.184,54	8,31
Setor Privado - Indústria	1.534.157,27	1,38
Setor Privado - Serviços	2.661.422,72	2,39
Pessoa Física	97.963.083,41	87,83
Outros	107.375,29	0,10
Total	111.539.227,73	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Saldo Inicial	1.667.076,00	1.283.586,00
Constituições / Reversões no período	1.818.916,38	509.609,43
Transferência para Prejuízo no período	(125.546,33)	(126.119,43)
Total	3.360.446,05	1.667.076,00

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2014	% Carteira Total	31/12/2013	% Carteira Total
Maior Devedor	3.024.824,74	2,64	2.444.403,83	2,45
10 Maiores Devedores	14.999.840,13	13,11	13.575.680,60	13,62
50 Maiores Devedores	36.134.885,45	31,59	34.144.081,21	34,25

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Saldo inicial	359.796,12	300.682,77
Valor das operações transferidas no período	125.546,33	126.119,43
Valor das operações recuperadas no período	(169.388,03)	(67.006,08)
Total	315.954,42	359.796,12

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição - Curto Prazo	31/12/2014	31/12/2013
Crédito por Avals e Fianças Honorados (a)	71.625,00	0,00
Rendas a Receber (b)	349.498,37	145.088,39
Adiantamentos e Antecipações Salariais (c)	39.004,50	10.869,20
Cheques a Receber (d)	108.245,00	0,00
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (e)	3.250,00	400,00
Títulos e Créditos a Receber (f)	74.156,67	2.920,44
Devedores Diversos (g)	35.018,71	15.009,10
(-) Provisão para Outros Créditos	(60.468,59)	0,00
<b>Total</b>	<b>620.329,66</b>	<b>174.287,19</b>

8. Outros valores e bens

<

NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	OPERAÇÕES ATIVAS		% DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO EM RELAÇÃO À CARTEIRA TOTAL
	VALOR DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO (R\$)	PCLD (PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA) (R\$)	
Adiantamento à Depositante	1.202,31	12,02	0,22
Cheque Especial	3.735,35	37,35	0,29
Conta Garantida	69.332,00	2.019,38	6,71
Crédito Rural	2.036.707,64	20.367,08	3,33
Empréstimo	1.318.026,33	35.896,16	2,92
Títulos Descontados	17.786,75	533,60	0,34

OPERAÇÕES PASSIVAS		
Aplicações Financeiras (R\$)	% em relação à carteira total	Taxa Média - %
196.668,05	0,33	95% do CDI (a.m.)

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

NATUREZA DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	TAXAS APLICADAS EM RELAÇÃO ÀS PARTES RELACIONADAS	TAXA APROVADA PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO/DIRETORIA EXECUTIVA
Adiantamento à Depositante	15% a.m.	15% a.m.
Cheque Especial	4,99% a.m.	4,99% a.m.
Conta Garantida	2,19% a.m.	2,19% a.m.
Títulos Descontados	1,59% a.m. à 1,99% a.m.	1,59% a.m. à 1,99% a.m.
Empréstimos	0,5% a.m. à 2,89% a.m.	0,5% a.m. à 2,89% a.m.
Crédito Rural - RPL	1,3% a.m. à 1,79% a.m.	1,3% a.m. à 1,79% a.m.
Crédito Rural - Repasses	5% a.a. à 6,75% a.a.	5% a.a. à 6,75% a.a.
Aplicação Financeira – Recibo de Depósito Cooperativo (RDC)	92% à 98% do CDI (a.m.)	92% à 98% do CDI (a.m.)

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, penhores, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	GARANTIAS PRESTADAS
Cheque Especial	Avais
Conta Garantida	Avais, garantias hipotecárias
Crédito Rural	Avais, penhores, garantias hipotecárias
Empréstimo	Avais, alienação fiduciária
Títulos Descontados	Avais, caução

As doações efetuadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

DOAÇÕES A PARTES RELACIONADAS NO EXERCÍCIO DE 2014 (R\$)	
Pessoa Jurídica	730.000,00

No exercício de 2014, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS (R\$)	
Honorários	530.816,11

22. Central de Economia e Crédito de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CECREMGE

O SICOOB SAROMCREDI, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central das Cooperativas de Economia e Crédito de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CECREMGE, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECREMGE é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CECREMGE auxiliar o desenvolvimento das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, o monitoramento de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL CECREMGE, relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2014 foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis datado de 13/02/2015, com opinião sem ressalva, sendo informado que as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central.

23. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2014, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 17.477.132,64 (31/12/2013 - R\$ 8.220.325,20), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

24. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

25. Índice de Basiléia

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, apresentando margem para o limite de compatibilização de R\$ 12.913.889,66, em 31 de dezembro de 2014.

26. Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014

Em maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (1) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (2) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta Lei, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (3) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (4) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A Lei tem vigência a partir do exercício de 2015. A Secretária da Receita Federal do Brasil, emitiu Instrução Normativa nº 1.469 de 28 de maio de 2014, que disciplina aplicação das disposições referentes à Lei nº 12.973 quanto aos efeitos na opção para o exercício de 2014. O Sicoob Confederação por meio da CCI-274/2014, com base em parecer jurídico, orientou a utilização da opção “não optante”, como a mais adequada para as cooperativas do Sistema Sicoob.

São Roque de Minas (MG), 31 de março de 2015.  
 João Carlos Leite - Presidente  
 Diego César Fregúgia de Faria - Diretor Financeiro  
 Honero Geraldo Pereira - Diretor Administrativo Coordenador  
 Roque Batista de Melo - Contador – CRC: MG 090.998/0-9

#### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Administradores e Cooperados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. SICOOB SAROMCREDI.

1 – O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. SICOOB SAROMCREDI, reunidos em 31 de Março de 2015, em cumprimento ao artigo 87, inciso “VIII” do Estatuto Social desta Cooperativa, declara para os devidos fins legais e estatutários que observando os documentos e peças contábeis que compreendem o Balanço Patrimonial e Demonstrações de Sobras ou Perdas, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa e as Notas Explicativa, relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2014, foi constatado que tudo encontra-se em ordem.

2 – Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras representam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. SICOOB SAROMCREDI, em 31 de Dezembro de 2014.

3 – Assim, somos favoráveis à aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, das contas apresentadas pela Diretoria, referentes ao exercício de 2014.

São Roque de Minas, 31 de Março de 2015.

WEDER BERNARDES DA SILVA - Coordenador  
 FREIRE FREGUGIA DA SILVA JUNIOR - Secretário  
 SEBASTIÃO AIR DE FARIA - Conselho Fiscal Efetivo

#### RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e Cooperados da  
 COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE SÃO ROQUE DE MINAS LTDA.  
 SICOOB SAROMCREDI  
 São Roque de Minas – MG

Prezados Senhores:  
 Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. - SICOOB SAROMCREDI, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. - SICOOB SAROMCREDI é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. - SICOOB SAROMCREDI em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.



Belo Horizonte, 09 de abril de 2015  
 Antonio Alberto Sica  
 Contador CRC MG 080.030/0-0  
 CNAI 1845